



MUNICÍPIO DE IGARASSU

Gabinete do Prefeito

II – Da Sociedade Civil

a. 30% de representação de Usuários da Assistência Social;

Consideram-se, para fins dessa Lei: Usuários da Assistência Social - os beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal, devidamente inscritos sob o Número de Identificação Social – NIS, que não façam parte da diretoria, e nem sejam associados a entidades e organizações de Assistência Social, salvo na condição de entidades de Usuários ou de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social.

b. 02 representantes de entidades e organizações de Assistência Social;

Consideram-se, para fins dessa Lei: Entidades e Organizações de Assistência Social - aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (Lei nº 12.345, de 2011)

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Lei nº 12.345, de 2011).

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Lei nº 12.345, de 2011).

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Lei nº 12.345, de 2011).

c. 01 representante de entidades dos Trabalhadores do SUAS (Resolução CNAS Nº 17 de 20 de Junho de 2011);

Parágrafo Único em caso de vacância, a vaga será destinada as entidades e organizações de Assistência Social.

§ 1º Cada titular do COMASIG terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 2º Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§ 3º Somente será admitida a participação no COMASIG de entidades juridicamente constituídas, e em regular funcionamento observadas às orientações da Resolução CNAS nº 16/2010.

Art. 4º - Os membros titulares e suplentes do COMASIG serão nomeados pelo Prefeito, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

I. Dos titulares dos órgãos do governo municipal.

a. Os representantes das Secretarias: do Trabalho, Desenvolvimento Social e Cidadania; Saúde e Educação, serão indicados pelos respectivos secretários;

b) O Representante da Rede SUAS, será indicado pela Gerência de Proteção Social da Secretarias do Trabalho, Desenvolvimento Social e Cidadania;

